

**O modo de vida ribeirinho como atributo espacial para a prática
projetual de habitação amazônica.**

Riparian way of life as a spatial attribute for the design practice of Amazonian housing.

*El modo de vida ribereño como atributo espacial para la práctica de diseño de viviendas
amazónicas.*

Danielle Costa Guimarães

Doutoranda, UFPA, Brasil
dcguimaraes@gmail.com

Ana Kláudia de Almeida Viana Perdigão

Professora Doutora, UFPA, Brasil.
klaudiaufpa@gmail.com

RESUMO

A produção de habitação social na Amazônia não difere daquela encontrada em outras regiões do Brasil, pois a falta de adequação dos projetos é uma questão histórica e posta. O presente ensaio pretende levantar questões acerca da inadequação dos projetos habitacionais para cidades na Amazônia. Utilizou-se para esta investigação referencial sobre o imaginário amazônico, as origens das formas de viver local e resultados de pesquisa em projeto já realizadas por pesquisadores locais. Foram também realizadas observações não-participantes em áreas habitacionais urbanas na cidade de Belém. Observou-se que há fortes indicações de que quanto mais próximo ao modo de vida original do habitante da região, o ribeirinho, menor a probabilidade de ocorrerem transformações nas habitações promovidas pelo poder público. Identificou-se, nos relatos de estudos, que existe uma linguagem tipológica do habitar ribeirinho nas modificações realizadas em unidades habitacionais de conjuntos promovidos pelo Estado, como mecanismo de adaptação na habitação. Aponta-se como contribuição, a constatação de que há uma desconformidade entre a necessidade do usuário e a atuação/produção estatal e considera-se que é provável que a compreensão das comunicações simbólicas estabelecidas entre as pessoas e o espaço construído pode ser benéfica para diminuir o desequilíbrio existente entre expectativa do usuário e qualidade do projeto na oferta estatal. Aponta-se que repensar as formas de projetar e produzir o espaço arquitetônico habitacional a partir do usuário local é um caminho seguro para a sustentabilidade do empreendimento, que contemple o desenvolvimento das pessoas a vitalidade do espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Modo de vida ribeirinho. Adaptação. Amazônia.

SUMMARY

The production of social housing in the Amazon does not differ from that found in other regions of Brazil because the lack of project suitability is a historical and ongoing issue. This essay aims to raise questions about the inadequacy of housing projects for cities in the Amazon. In this research, we used references about the Amazonian imaginary, the origins of local ways of living, and research results in design already conducted by local researchers. Non-participant observations were also carried out in urban housing areas in the city of Belém. It was observed that there are strong indications that the closer the housing is to the original way of life of the region's inhabitants, the riparian people, the less likely it is that transformations in housing promoted by the government will occur. It was identified in the study reports that there is a typological language of riparian living in the modifications made to housing units in government-sponsored housing complexes, as a mechanism of adaptation in housing. As a contribution, it is noted that there is a mismatch between user needs and state action/production, and it is considered likely that understanding the symbolic communications established between people and the built environment can be beneficial in reducing the existing imbalance between user expectations and the quality of government-provided projects. It is suggested that rethinking the ways of designing and producing architectural living spaces from the local user's perspective is a reliable path towards the sustainability of the project, which encompasses the development of people and the vitality of the space.

KEYWORDS: Riparian way of life. Adaptation. Amazon.

RESUMEN

La producción de viviendas sociales en la Amazonía no difiere de la que se encuentra en otras regiones de Brasil, ya que la falta de adecuación de los proyectos es una cuestión histórica y presente. El presente ensayo tiene como objetivo plantear preguntas sobre la inadecuación de los proyectos de vivienda en las ciudades amazónicas. Para esta investigación, se utilizaron referencias sobre el imaginario amazónico, los orígenes de las formas de vida locales y los resultados de investigaciones en diseño ya realizadas por investigadores locales. También se llevaron a cabo observaciones no participantes en áreas de viviendas urbanas en la ciudad de Belém. Se observa que existen fuertes indicios de que cuanto más cercanas estén las viviendas al modo de vida original de los habitantes de la región, los ribereños, menor es la probabilidad de que se produzcan transformaciones en las viviendas promovidas por el poder público. Se identificó en los informes de estudio que existe un lenguaje tipológico de la vivienda ribereña en las modificaciones realizadas en las unidades habitacionales de conjuntos promovidos por el Estado, como mecanismo de adaptación en la vivienda. Se destaca como contribución la constatación de que existe una falta de correspondencia entre las necesidades del usuario y la actuación/producción estatal, y se considera probable que la comprensión de las comunicaciones simbólicas establecidas entre las personas y el espacio construido pueda ser beneficiosa para reducir el desequilibrio existente entre las expectativas del usuario y la calidad del proyecto ofrecido por el Estado. Se señala que repensar las formas de diseñar y producir el espacio arquitectónico habitacional desde la perspectiva del usuario local es un camino seguro hacia la sostenibilidad del proyecto, que incluye el desarrollo de las personas y la vitalidad del espacio.

PALABRAS CLAVE: Estilo de vida ribereño. Adaptación. Amazonía.

INTRODUÇÃO

A necessidade de intervenção estatal para a garantia de habitação social no Brasil e, em especial na Amazônia, surge com o fim da escravatura, pois negros e mestiços passam a ocupar de forma mais intensa a ocupação já iniciada em áreas de baixadas, ao longo de igarapés do entorno dos centros urbanos, em áreas não indicadas para ocupação devido às suas peculiaridades ambientais. As soluções para esta problemática foram adotadas desde então de forma quase generalizada no país, porém a implantação de conjuntos habitacionais surge um tempo depois, introduzida sob a égide da arquitetura internacional e das diretrizes da produção habitacional em escala. O desenho e a produção, inspirados nesse pensamento, recebem força e recursos para se espalharem pelo país a partir da década de 60 do século passado, o que possibilitou a produção em grande escala de conjuntos verticais e horizontais, no contexto quase sempre de reassentamentos humanos.

Desse modo, o problema da habitação social no Brasil passa, por assim dizer, e de forma simplificada, por duas questões: uma de ordem política abrangente e que tem sido pautada na produção em massa, padronizada e ao menor custo e voltada ao aquecimento da indústria da construção civil; a segunda de ordem projetual, em que se destaca a ausência de um projeto participativo adequado e solução espacial apropriada ao modo de vida local (ambiental e cultural) o que envolve diretamente a atuação falha de profissionais projetistas (GUIMARÃES, 2005).

Na Amazônia, que possui, como em outras regiões do país, peculiaridades nas relações espaciais, a produção habitacional que em pouco ou nada se transformou nas últimas seis décadas, tem ignorado o modo de vida e o modo de morar. Desde então, observa-se a transformação desses conjuntos habitacionais realizada pelos próprios moradores, de modo a operar sobre eles *adaptações* que possam refletir suas necessidades de uso e/ou identificação cultural, por um lado, e, por outro lado, o abandono, por meio da venda ou repasse das unidades, com retorno desses moradores ao local de origem (COSTA et al., 2015; PERDIGÃO e GAYOSO, 2012).

Essas *adaptações*, resultado de movimentos dos próprios moradores, são encontradas em *transformações* espaciais de conjuntos coletivos em Belém. Os projetos são bem similares e sofrem *adequações* conforme a necessidade do usuário. Como auxílio ao pensamento projetual, utiliza-se resultados de dois trabalhos em curso no Laboratório de Desenvolvimento Humano LEDH/UFPA, como forma de identificar perspectivas possíveis de atributos ou elementos que incorporam símbolos não necessariamente geométricos da habitação tradicional. Os trabalhos deste laboratório têm identificado uma linguagem tipológica do habitar ribeirinho que pode ser encontrada em adaptações da habitação coletiva que buscam soluções como forma da população adaptar seu uso. Procura-se aqui, refletir sobre o viver ribeirinho na Amazônia e sobre a necessidade de tradução desses atributos, presentes na linguagem de padrões culturais locais, e trazê-los para a prática projetual, em busca da maior satisfação do usuário (PERDIGÃO et al., 2020).

Conclui-se que há um desconformidade entre a necessidade do usuário e a atuação/produção estatal e que, portanto, do ponto de vista de produção habitacional, considera-se que é provável que as comunicações simbólicas estabelecidas entre os diferentes grupos sociais utilizam conceitos e lógicas explicativas baseadas numa compreensão subjetiva que podem ser alcançadas por este exercício de tradução espacial de linguagens que pode ser

benéfica no processo projetual para diminuir o desequilíbrio existente entre expectativa real do usuário e qualidade do projeto na oferta estatal.

1 EXPECTATIVAS E O PROJETO DO ESPAÇO HABITACIONAL

A produção habitacional no Brasil recebe recursos e regramentos nacionais. Os projetos, há décadas, têm sido padronizados. O problema passa pela limitação de valores; pela não exigência de que arquitetos elaborem, a cada novo empreendimento, um projeto adequado, o que proporciona a oportunidade de que projetos sejam elaborados por não projetistas, por exemplo; e passa também por inadequações vindas de projetos elaborados também por arquitetos, quando não são observados os valores e necessidades locais.

1.1 As mudanças dos espaços da moradia motivadas pelo uso acontecem no Brasil, acontecem na Amazônia

O processo de abandono e renovação das unidades habitacionais em conjuntos coletivos ocorreu nas cidades nortistas da mesma forma que em outros pontos do país. Amorim e Loureiro (2001) apresentam como essas modificações efetuadas pelos moradores em habitação coletiva ocorreu no nordeste brasileiro. Na Amazônia, diversos autores têm observado esse movimento, sobretudo em cidades que possuem maior identificação e aproximação com a cultura local, as cidades ou parcelas tradicionais, classificadas como as cidades na floresta (TRINDADE JR, 2013). O modo de ocupar, morar e se relacionar com o meio é particular em cada sociedade, ainda que se reconheça muitas “Amazônias”, considerando a sua escala continental, (NASCIMENTO; PERDIGÃO, 2021) é muito presente a forma dos três elementos várzea-rio-floresta (GONÇALVES, 2001) que se reflete em modos de morar na capital e até mesmo em conjuntos habitacionais coletivos.

Os conjuntos coletivos, seja em forma de sobrados ou blocos, têm sofrido modificações na sua estrutura via autoconstrução *devido à falta e pela busca* por adaptação. Nas observações que têm sido efetuadas em conjuntos habitacionais no Pará e na literatura sobre a produção habitacional na região é recorrente essa busca pela adaptação das unidades e mesmo do conjunto, ou mesmo o retorno (abandono) da nova habitação para viver ao longo dos cursos dos rios, em cima dos “canais” urbanos, locais de origem na cidade, antes do reassentamento ou que possuam características de origem ribeirinha (COSTA et al., 2015; PERDIGÃO e GAYOSO, 2012; TRINDADE e PERDIGÃO, 2016; OLIVEIRA et al., 2016).

Costa et al. (2015) informam que a mobilidade habitacional nas áreas de reassentamento habitacional está ligada ao aumento das taxas dos serviços, ao alto grau de insatisfação com a unidade habitacional (UH) que se relaciona à padronização da habitação.

Em outra investigação foram detectadas repetições de expressões que como essas, nas falas dos moradores de conjuntos habitacionais:

“E o varal fica onde?”, “não tem lugar pra rede”, “não posso ficar à vontade na minha casa, as janelas são muito perto”, “como vou pendurar minha roupa na frente da casa? no quintal não posso porque já é a casa do vizinho”, “as paredes não têm reboco, entra água quando chove”, “vou embora para a casa da minha filha, aqui eu fico triste me sinto presa”, são falas que se reproduzem no uso das novas unidades habitacionais produzidas pelas ações governamentais na cidade de Belém, que na maioria dos casos segue modelos habitacionais padronizados, amplamente difundidos no território nacional sem atenção ao contexto cultural local. (PERDIGÃO e GAYOSO, 2012, p. 114)

São falas de moradores que se encontram perdidos nesse processo de adaptação, que vai muito além das tradicionais preocupações com modos de morar coletivos, que geralmente recebem uma atenção especial em forma de treinamento para as famílias que viviam em habitações individuais e passam a dividir espaços comuns, aparentemente há uma dificuldade em encaixar suas vidas nos espaços disponíveis, tanto no interior das habitações quanto no exterior.

Os resultados da investigação que Costa et al. (2015, p. 12 e 13) realizaram nas comunidades - e nos conjuntos habitacionais construídos para reassentamentos - no Riacho Doce e no Taboquinha são intrigantes, revelaram que o conjunto de coisas que os moradores gostam da nova habitação e não gostam da anterior estão relacionados ao contexto de salubridade, de infraestrutura e à degradação do imóvel, e não à casa em si, tamanho, ambiente e/ou vizinhança. Veja:

- . 71% das pessoas no Riacho Doce e 56% no Taboquinha apontaram que não gostavam do ambiente da casa anterior;
- . No Riacho Doce 59% das respostas para “o que gosta” da casa atual (conjunto habitacional) estavam relacionadas ao ambiente e 35% no ambiente/pessoa (a casa, a vizinhança);
- . No Projeto Taboquinha 50% das respostas para “o que gosta” da casa atual (conjunto habitacional) se relacionavam ao ambiente e 48% no ambiente/pessoa (a casa, a vizinhança);
- . No Riacho Doce, dentre aqueles que manifestaram insatisfação com a nova casa, 100% a relacionaram à tipologia da casa multifamiliar;
- . No Taboquinha, o “gostar” da nova casa no conjunto habitacional referiu-se ao material construtivo da casa, em alvenaria e sua localização em área seca, distante do alagado e o “não gostar” à má qualidade do material construtivo, ao tamanho da casa e a não existência de quintal.

O modo ribeirinho de construção está evidenciado nas habitações urbanas autoconstruídas nas periferias de grandes cidades, as habitações urbano-ribeirinhas. Para Perdigão e Gayoso (2012, p. 120), nessas ocupações as casas são afetadas pelas práticas culturais da origem ribeirinha de seus moradores e o “[...] significado uso e funcionalidade dos ambientes retratam a representação que o ‘ocupante’ tem sobre a casa”, por outro lado, para Costa et al. (2015, p. 14), “[...] as habitações padronizadas anulam as referências espaciais, acumuladas na autoprodução habitacional dos moradores, com utilização de técnicas construtivas adquiridas pelas práticas sociais de autoconstrução que valorizam a cultura local”. Essas investigações têm demonstrado que todo arcabouço vivencial, cultural e imaginário do que significa casa e como usar esse espaço socialmente se perde na habitação padronizada.

1.2 Habitação social na Amazônia: a falta de e a busca por adaptação

Na investigação de Trindade e Perdigão (2016), fica claro que as alterações que são realizadas pelos moradores possuem como objetivo resgatar os vínculos espaciais rompidos com a casa de origem, como forma de adaptar os espaços de forma que se toma uma aparência da casa de referência dos moradores (a casa dos sonhos ou a casa de infância), porém sem nenhuma referência técnica, essas modificações em busca de adaptação acabam levando a perdas econômicas e/ou espaciais.

Oliveira et al. (2016) relatam tanto a falta de adaptação quanto a falta de identificação com a nova habitação. As autoras relatam que em sua pesquisa essas ausências ficam evidentes

pelas modificações realizadas e pretendidas na nova habitação e pela tentativa de adaptação e identificação com a moradia que consistem em reproduzir partes que sejam mais familiares ao seu modo de vida. Trata-se, portanto de falta e de busca pela adaptação, falta nas unidades e conjunto ofertado e busca, por meio de intervenções operadas pelos próprios moradores. Como dito logo no início, as investigações evidenciam que existe em paralelo uma ausência de adaptação das pessoas ao morar nesses lugares e a busca desta adaptação por meio de intervenções autoconstruídas (quando não houve o abandono total da nova casa).

Nas habitações ribeirinhas e, sobretudo, nas habitações urbano-ribeirinhas, isto é, aquelas que trazem consigo essa linguagem, simbolismo e valores das habitações das cidades ribeirinhas, contudo numa ocupação nas cidades grandes amazônicas essa distinção entre espaços passa por sutilezas e às vezes símbolos bem demarcados.

Por outro lado, nas áreas de habitação informal, que se localizam geralmente em áreas alagadas e em cima desses cursos d'água, geralmente chamados "canais", observa-se o uso dos espaços públicos como continuidade dos espaços internos das habitações. Observações preliminares demonstram que esse fenômeno de uso e ocupação, apropriação mesmo deste espaço, ocorre de maneira mais intensa e natural com a presença de duas características topológicas: 1) proximidade de um curso d'água, características naturais (presença de vegetação, por exemplo) e 2) pequena escala.

Para ilustrar algumas dessas observações foram selecionadas três imagens (figuras 1, 2 e 3) que representam ao mesmo tempo 1) as interferências na habitação coletiva produzida pelo Estado, como forma de apropriação e adaptação da habitação; 2) a ausência quase total de apropriação e uso do espaço completamente "urbanizado" do curso d'água, porém sem nenhuma ligação cultural ou possibilidade de individualização espacial e 3) a forma natural de uso do espaço adaptado e esteticamente mais aproximado à realidade da ocupação habitacional ribeirinha amazônica

Figura 1 – Conjunto habitacional Liberdade, Belém-PA.



Fonte: acervo das autoras (2022).

Figura 2 – Urbanização ao longo do igarapé Tucunduba, bairro Terra Firme, Belém-PA.



Fonte: acervo das autoras (2022).

Figura 3 – Urbanização ao longo do igarapé Tucunduba, bairro Guamá, ao lado da área do Riacho Doce, Belém-PA.



Fonte: autoras (2022).

Interessa aqui avançar nas observações e estudos dos mecanismos pelos quais esse processo se dá e quais outros elementos cognitivo-topológicos podem ser identificados, seja por meio de identificação tipológica ou pela busca de relacionar formas arquetípicas a diferentes usos e significados (como se verá logo mais à frente neste texto), pois, aparentemente, para além da necessidade de se criar um ambiente que mais favorável ao habitar, há um componente vital que precisa ser identificado para que o desenvolvimento das pessoas que ali habitam seja garantido com mais dignidade e respeito.

2 O ETHOS, O IMAGINÁRIO E MODO DE VIDA RIBEIRINHO

Na região norte do Brasil, a Amazônia possui características específicas, que dizem respeito ao meio em que se vive e como o amazônida aprendeu a viver nesse meio. As relações espaciais construídas, assim como em outras partes do mundo, são próprias do local. Nos processos migratórios contínuos pelos quais passam moradores de várias partes da Amazônia para as cidades maiores em busca de melhorias na qualidade de vida e oportunidades de geração de renda, os migrantes podem advir, de forma simplificada, de três tipos de cidades pequenas, classificadas por Trindade Jr. (2013) como: cidades-empresa, cidades rodoviárias e

cidades tradicionais. Interessa aqui, dentre as cidades tradicionais, aquelas chamadas pelo autor como cidades na floresta:

[...] as cidades situadas em regiões pouco ou apenas indiretamente impactadas pelas frentes econômicas tendem a estabelecer outras relações com o ambiente da floresta. São cidades tidas como tradicionais e consideradas pioneiras no processo de organização do território, posto que algumas surgiram ainda nos primeiros momentos da colonização. (TRINDADE JR., 2013, p. 15).

Essas cidades, ou melhor, as pequenas comunidades que assim se estruturaram à beira dos rios amazônicos constituíram na materialidade de suas formas de viver aquilo que foi criado na esfera simbólico-cultural. Ainda segundo Trindade Jr. (2013):

[...] as cidades ribeirinhas são as mais representativas das cidades tradicionais, dadas as intensas relações para com o rio; este que é visto em sua multidimensionalidade, como fonte de recursos e de representações simbólicas, como via de circulação, como espaço de uso doméstico e de prática de atividades lúdicas, e, ainda, como elemento de lazer e de contemplação. (TRINDADE JR., 2013, p. 16).

As multidimensionalidade e as representações simbólicas a que se refere o Trindade Jr., são reais nas vidas de moradores das cidades ribeirinhas, das cidades coloniais, mas também se multiplicam na vida do morador da área urbana das cidades maior e nas grandes metrôles. Todo esse imaginário, que se materializa na paisagem e nos espaços construídos, podem ser visualizados sobretudo nos bairros mais periféricos e próximos a rios e igarapés (e também dos canais urbanos) que também expressam outros valores encontrados nas áreas mais profundas da Amazônia, como os tempos e outros imaginários.

2.1 Os tempos e os olhares sobre a Amazônia.

Existem amazônias diversas. Gonçalves (2001) categoriza dois padrões de ocupação espaço-temporal: rio-várzea-floresta e o estrada-terra-firme-subsolo. O primeiro padrão se materializou com a formação dos aldeamentos e vilas desde o período colonial e se molda a partir de uma dependência da natureza, num *ritmo lento*. O segundo padrão se tornou dominante a partir da década de 60, se organiza sobretudo ao longo de grandes eixos rodoviários e se configura por uma temporalidade ligada a um *tempo rápido* (CRUZ, 2008).

Para Cruz (2008) se sedimentou no imaginário social três modos de ver a identidade das populações ribeirinhas: um olhar naturalista, um olhar que se figura como um espaço vazio e invisibiliza as populações nela residentes; o olhar tradicionalista, que vê o caboclo ribeirinho de forma romântica e idealizadora, como se não houvesse interações dos moradores dos rios com outras culturas; e o olhar moderno/colonial, nela os preconceitos e estigmas sociais são mais fortes, consideram o caboclo como não desenvolvido, pautada numa visão linear de história e desenvolvimento que possuem sentido e direção únicos, no qual obviamente o ribeirinho não acompanhou, ou estacionou.

É importante dar atenção a esta última forma de ver/interpretar a vida ribeirinha, pois é a partir dela que as populações ribeirinhas “seus modos de vida, suas temporalidades, suas racionalidades econômicas são vistos como resíduo, o anacrônico, um desvio da racionalidade capitalista e do modo de vida moderno urbano-industrial” (CRUZ, 2008, p. 54). O autor propõe que as interpretações reducionistas sobre o modo de vida ribeirinho sejam reconstruídas, de modo a se aproximarem mais dos saberes que mantiveram populações inteiras nessas áreas da

Amazônia, pois é na relação e na transferência oral da vida, que se sustenta na relação com os ecossistemas de várzea e rio e com a floresta. (Op. cit, p. 54)

Porém, em oposição à ideia romântica da vida ribeirinha, no imaginário social, a que Cruz se referiu, a construção dessa cultura não é estanque, está o tempo todo e de forma dinâmica em transformação e construção, não apenas em relação à natureza, mas também social e culturalmente. As culturas ribeirinhas, pois há várias Amazônia afora, não se definem por uma localização geográfica, mas por uma construção engendrada histórica, social e economicamente, ao longo dos séculos.

Importa observar como o tempo lento, o movimento das águas (as marés), os insumos disponíveis, a dispersão e tantas outras características/qualidades desse modo de vida definem e constroem a existência e o viver ribeirinho. Como essas características constroem tradições e comportamentos, relacionamentos e espaços de vivência.

Paes Loureiro (2015), ao discutir sobre a forma geográfica dispersa de ocupação do espaço pelo homem amazônico, afirma que, apesar dessa característica, parece haver uma função mítica que atravessa toda a extensão da Amazônia e confere identidade, uma espécie de fraternidade entre moradores de qualquer ponto da Amazônia, de modo que ele se sente parte dela e encontra essa identidade com outras sociedades deste todo amazônico. O autor também destaca características antropogênicas nas atividades provenientes das relações com a floresta e com o rio.

Vivemos em uma realidade que contém a imaginação, é uma necessidade humana, de ultrapassar os limites do concreto. Para Paes Loureiro, “O imaginário é uma bacia semântica de significados, alimentada por rios culturais que convergem para ela”. A imaginação é individual, o imaginário é social, é cultural, no sentido de sociabilidade, da vida coletiva. O imaginário cria símbolos, a materialidade possui uma função, mas em relação com o uso e interpretação humana recebe um valor, passa a simbolizar algo, criado no imaginário (PAES LOUREIRO, 2022).

Para Cruz (2008, p. 59), o rio seria “*um espaço de referência identitária*” na Amazônia e complementa, existe o espaço *físico-natural*, o espaço *social* e o espaço *simbólico*. Aqui o espaço social chama a atenção por se constituir em mediação das tramas e dramas que constituem o cotidiano do modo de vida ribeirinho. É nessa relação do ribeirinho com outras casas e seus moradores, assim como com o rio (a água), a floresta (a vegetação) e o solo firme, que há um elemento ainda pouco conhecido, que se busca como chave para a compreensão das relações espaciais da habitação nas cidades amazônicas e para a resolução dos aspectos projetuais, um elemento que liga no imaginário amazônica essa vida ribeirinha a qualquer ponto geográfico, mesmo em cidades.

2.2 O imaginário e a cultura amazônica

Em busca de uma mais profunda e adequada compreensão da vida ribeirinha, tem-se debruçado sobre a compreensão da ligação entre o morar ribeirinho no rio e o morar ribeirinho na cidade. Paes Loureiro (2015) procura explicar o que seria o imaginário amazônico como uma zona intermediária entre a realidade amazônica e o nosso pensamento. Ele propõe para esta tarefa o uso do termo *sfumato* - de autoria de Leonardo da Vinci para denominar a técnica de diferenciação entre figuras em suas pinturas. Paes Loureiro utiliza o termo para expressar a região de transição entre o real e o imaginário na Amazônia, em que um interpenetra o outro.

Ele explica que o imaginário é flutuante, está entre lugares, entre o real e o irreal, esse lugar do *sfumato*.

Estudos desenvolvidos pelo Laboratório de Desenvolvimento Humano (LEDH-UFGA) – que possuem o foco teórico-metodológico na relação entre ser humano e espaço construído, de forma a dar uma resposta às questões espaciais presentes na habitação social por meio da instrumentalização do projeto em termos cognitivos e operativos – têm apresentado importantes contribuições por meio da identificação de categorias analíticas que descrevem a configuração do espaço (PERDIGÃO et al., 2020).

Para compreender o sentido, o valor ou a força que determinados aspectos espaciais possuem para o ribeirinho, é necessário compreender que existe um valor cultural, no pano do imaginário, que permanece para além da forma ou das relações que ali são exercidas originalmente para que seja possível identificá-las em outros contextos. Esse é o processo de identificação de tipos e de relações topológicas e culturais (PAES LOUREIRO, 2022).

A cultura amazônica possui um universo único propiciado pelo isolamento (que de forma interessante levou a um involuntário decolonialismo), esse universo é seu próprio *cosmos*. E o ribeirinho teve, talvez por necessidade, que habitar, povoar aquele espaço vazio que ele tinha diante dele. É dentro deste *cosmos* existe um *ethos* que define a ética das relações ali existentes, que por sua vez estabelece o conjunto dos costumes e hábitos fundamentais que vão organizar o modo de vida ribeirinho (PAES LOUREIRO, 2022).

O uso da linguagem é uma expressão do imaginário, também faz parte do *ethos*, assim como a arquitetura é uma forma de linguagem, e por conseguinte também faz parte desse *ethos*. A arquitetura, portanto, possui, para além de uma solução primordial da existência humana, um significado, um valor imaginário e é provavelmente símbolo disso, enquanto materialidade. Paes Loureiro (2022) afirma que nada é insignificante. Onde aparentemente não há significado é porque as pessoas ainda não o perceberam, é importante perceber a significância do ponto de vista científico e simbólico da vida e modo de viver ribeirinho.

Os objetos possuem variadas significações, funções que mudam, variam, conforme o contexto e o uso. A hierarquia desses signos, funções de acordo com o *campo cultural*, quando ele muda para de outra natureza há uma conversão semiótica.

[...] o movimento de passagem pelo qual as funções se reordenam e se exprimem numa outra situação cultural. A conversão semiótica significa o quiasma de mudança de qualidade simbólica em uma relação cultural, no momento em que ocorre essa transfiguração. (PAES LOUREIRO, 2008, p. 51)

O ser humano é adaptável e está o tempo todo recriando e sendo recriado pela cultura. Sua visão do mundo nunca deixa de se transformar, e ele mesmo se transforma, é o que Paes Loureiro (2022) chama de contínuo processo de trocas simbólicas com a realidade. As mudanças pelas quais muitas pessoas com vida ribeirinha precisaram passar ao deixar suas casas para irem morar na cidade, por contingências materiais, fizeram com que essas mudanças e adaptações precisassem acontecer. Ao se depararem com a emergência de construir em áreas periféricas da cidade, essas pessoas buscaram localizações que se assemelhassem ao conhecido, porém adaptações ocorreram. Percebe-se uma linguagem esteticamente ribeirinha em habitações urbanas, mas algumas transformações ao longo do tempo e de intervenções do Estado foram “maquiando” e dando uma aparência um pouco diferenciada a muitas das novas habitações.

03 O ESPAÇO VIVIDO E O ESPAÇO HABITACIONAL - CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO

Ao longo do texto tratou-se sobre a vida e o modo de vida ribeirinho na Amazônia e como as intervenções estatais não contemplam esse modo de vida e, mais, como ele é desconhecido por quem projeta e planeja esses espaços e como a própria população tem resolvido essa ausência com intervenções de iniciativa própria. Autores de diversas áreas procuram se debruçar para entender a cultura o imaginário e o modo de vida amazônico, como vimos, e o arquiteto amazônida possui a responsabilidade de também conhecer e reconhecer essa forma de vida para incorporar ao projeto.

Para isso, o espaço *vivido* deve ser o objeto de estudo, para assim decifrar as necessidades e expectativas locais, o que significa o modo de vida (a forma de viver) do homem local. Para Perdigão (2020), ainda é incipiente uma discussão mais profunda e completa sobre a espacialidade e a complexidade do espaço humano em geral, mas, sobretudo, do espaço vivido pelo amazônida, a importância está na relação entre o ser humano e o ambiente construído, pois existe um sentimento de pertencimento e identificação bem definidos nesta relação que precisa ser sempre investigada. Para a autora, o uso do espaço e a correspondente solução físico-espacial deve estar pautada no conhecimento do vínculo mais profundo e pré-estabelecido entre usuário e o espaço arquitetônico.

No que diz respeito aos aspectos simbólicos, a arquitetura vernacular é a manifestação de uma raiz da vida espacial de um grupo, de uma sociedade (PERDIGÃO, 2020). Os avanços em estudos que buscam identificar características tipológicas e topológicas do habitar ribeirinho, de forma a utilizar esse conhecimento para elaboração de projetos mais adequados ao lugar tem avançado no Laboratório de Desenvolvimento Humano LEDH/UFGA. Identificou-se nas investigações desenvolvidas conceitos e categorias que se mostram muito úteis.

Destaca-se aqui três trabalhos que resgatam: elementos de *proximidade*, *continuidade* e *sucessão* em estudos realizados na Vila da Barca, Belém e Afuá, Pará (MENEZES & PERDIGÃO, 2021; PERDIGÃO, 2016), na segunda abordagem, *espaços de transição e gradientes de intimidade* (NASCIMENTO & PERDIGÃO, 2021); e na terceira os conceitos de *limites*, *caminhos e lugar* (MENEZES & PERDIGÃO, 2020). Nestas abordagens é possível elencar possibilidades projetuais concretas para compreensão e possíveis intervenções futuras de forma a criar projetos da habitação mais próximas ao modo de viver local, os quais oferecem reconhecido avanço na compreensão das relações topológico-espaciais e assim contribuindo para a fundamentação teórica do projeto de um ponto de vista não geométrico.

3.1 Proximidade, continuidade e sucessão Vila da Barca, Belém e Afuá, Pará

A construção teórica do *tipo palafita* foi desenvolvida em investigações e sistematizações realizadas a partir de estudos nas comunidades Vila da Barca e na cidade de Afuá-PA. O *tipo palafita amazônico* traduz o tradicional modo de habitar dos ribeirinhos na Amazônia ao evidenciar relações que caracterizam uma lógica específica construída em resposta ao sistema de águas dos rios em que se encontram e é orientada por três conceitos-chave: *proximidade*, *continuidade* e *sucessão* (MENEZES & PERDIGÃO, 2021). Esses conceitos podem ser compreendidos de forma sintetizada como: *proximidade* – aquilo que está perto, a mata, o rio, a água, o espaço próximo; a *continuidade* tem um forte elemento topológico, fazendo relação entre os ambientes e as relações espaciais domésticas, como o expresso no sistema

mata-rio-roça-quintal (LOUREIRO, 2001 apud MENEZES & PERDIGÃO, 2021); e a *sucessão* se vincula com o intervalo para o exterior, o trapiche, as varandas.

3.2 Espaços de transição e gradientes de intimidade.

No segundo estudo, foram elencadas duas categorias de análise das representações espaciais pelo uso da moradia dentre 15 categorias identificadas por Alexander (2002 apud NASCIMENTO & PERDIGÃO, 2021), as categorias *gradiente de intimidade* e *espaço de transição*. Por *gradientes de intimidade*, entende-se a existência de pelo menos um ambiente logo após a entrada e espaços internos classificados segundo a intimidade do visitante. Por *espaço de transição* entende-se o lugar existente entre a rua e o ambiente interno da moradia, sendo possível se apresentar de variadas maneiras de modo que uma continuidade seja interrompida. A proposta de uso desses elementos se baseia na possibilidade de auxílio na compreensão das características de diferentes lugares, como potencial para o registro das relações espaciais que são produzidas na vivência.

Na arquitetura ribeirinha essas categorias foram analisadas em três contextos: de várzea com habitações afastadas, várzea com habitações próximas e terra firme. Os resultados de análise espacial com estas categorias demonstraram que há diferenciações entre os padrões espaciais e que seria importante compreender o espaço doméstico tradicional amazônico a partir do uso.

3.3 limites, caminhos e lugar

Em investigação realizada sobre habitação ribeirinha na Amazônia, Menezes e Perdigão (2020) elegeram três elementos do vocabulário ribeirinho: *rio/floresta*; *a beira* e *a casa*, e os relacionaram aos conceitos de *limites*, *caminhos* e *lugar*, respectivamente, definidos por Norberg-Schulz (1971 apud MENEZES & PERDIGÃO, 2020). *rio/floresta/limites* (moldura, referência, limite geográfico), *a beira/caminhos* (o espaço de sociabilidades, os portos, trapiches) e *a casa/lugar* (a menor porção, sintetiza a cultura e as relações, o abrigo, onde se mantém e se multiplica a cultura local). As autoras registram que as relações que ocorrem nesses espaços se fazem presentes também em médias e grandes cidades, e que a cultura urbana vai sendo incorporada à medida que se aproximam as casas das áreas mais secas, mantendo-se, porém, algumas relações espaciais próprias do lugar de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de catalogar categorias espaciais de análise que auxiliem no estudo do *tipo* da habitação ribeirinha amazônica tem se mostrado um caminho frutífero para o avanço na qualidade dos projetos locais. Observações mais atentas à forma de viver de comunidades tradicionais ribeirinhas têm potencial para evidenciar aspectos culturais relevantes que são soluções naturais para questões relacionadas ao espaço geográfico em que se encontram, respondidas com autoconstrução e arquitetura feita por não arquitetos.

Há um desconformidade entre a necessidade do usuário e a atuação/produção estatal e que, portanto, do ponto de vista de produção habitacional, considera-se que é provável que as comunicações simbólicas estabelecidas entre os diferentes grupos sociais utilizam conceitos

e lógicas explicativas baseadas numa compreensão subjetiva, que podem ser alcançadas por este exercício de tradução de linguagens pode ser benéfica para diminuir o desequilíbrio existente entre expectativa real do usuário e qualidade do projeto na oferta estatal.

Porém, a produção de conhecimento sobre o espaço construído na Amazônia, seus significados, imaginário, valores, cultura ainda que já de grande valor, ainda necessita de mais aprofundamento e ampliação. A compreensão de esquemas de ocupação como várzea-rio-floresta ou mata-rio-roça-quintal esclarece muito das origens da forma de ocupar, construir, morar, viver nas cidades amazônicas e tem permite o avanço na produção de conhecimento como apoio à qualificação de ações do Estado.

Identifica-se uma linguagem tipológica do habitar ribeirinho, quando observadas as modificações realizadas em programas governamentais de reassentamento habitacional como mecanismo de adaptação na habitação coletiva com a busca de soluções como forma de alcançar bem-estar. É possível que essas adaptações sejam evitadas com o conhecimento maior de sua forma de morar e viver, e nesse ponto a arquitetura pode contribuir, adotando a dimensão da cultura ribeirinha nos projetos e substituir a palavra adaptar por adotar (a cultura amazônica) nos projetos de habitação social local.

Por fim, entende-se que repensar as formas de projetar e produzir o espaço arquitetônico habitacional a partir do usuário local, das pessoas que irão utilizá-lo, e todo o conjunto que contempla o seu modo de vida, é um caminho possível para a sustentabilidade do empreendimento que contemple o desenvolvimento das pessoas a vitalidade do espaço e uma relação saudável entre pessoas e espaço construído.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, C. **The nature of order: an essay on the art of building and the nature of the universe** – Bookone: The phenomenon of life. Berkeley: The Center for Environmental Structure, 2002.

COSTA, S. M. G.; PERDIGÃO, A.K.A.V.; CAVALCANTE, L. I. C. *Política habitacional em Belém (PA): estudo sobre adaptação habitacional em tipologias multifamiliares*. **Argumentum**, vol. 7, núm. 2, julho-diciembre, 2015.

CRUZ, Valter do Carmo. **O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia**. In: TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da.; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GUIMARÃES, Danielle C. **O desafio da habitação digna como condição para o desenvolvimento sócio-espacial. Um estudo sobre o PDL Riacho Doce e Pantanal (Belém – PA)**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

LOUREIRO, V. R. **Pressupostos do modelo de integração da Amazônia aos mercados Nacional e Internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas**. In: COSTA, M. J. J. (org.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: Editora da UFPA, 2001, p. 47-70.

MENEZES, T. M. S.; PERDIGÃO, A.K.A.V.. *A dimensão ribeirinha como referência de projeto de arquitetura para a Amazônia*. **Anais do VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Brasília, 2020.

MENEZES, Tainá M. dos S.; PERDIGÃO, Ana Klaudia de Almeida Viana. *O tipo palafita amazônico: entre formalidade e informalidade do habitar na vila da barca (Belém, Pará, Brasil)*. **Revista Projetar-Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 6, n. 2, p. 44-59, 2021.

NASCIMENTO Izabel C. M. de O. e PERDIGÃO, A.K.A.V.. *Representações espaciais pelo uso na moradia tradicional amazônica*. **REVISTA VIRUS**. ISSN 2175-974x julho . july 2021

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existence, space and architecture**. New York: Praeger, 1971.

OLIVEIRA, L. F.; FELISBINO, D. A.; PERDIGÃO, A.K.A.V.. *Adaptação habitacional na produção formal de moradia: Vila da Barca (Belém, PA)*. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 4, n. 25, 2016.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **A Arte como Encantaria da Linguagem**. São Paulo: Escrituras, 2008.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. 5. Ed. Manaus: Editora Valer, 2015.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **A Cultura Amazônica: uma poética do imaginário na atualidade das artes canônicas e das artes periféricas**. Notas de Aula. Belém, 2022.

PERDIGÃO, A. K. A. V ; GAYOSO, S.. **Interpretações sobre a casa para produção de moradia**. In: A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia. SANTANA, J. V.; HOLANDA. A. C. G. ; MOURA, A. S. F.. (Orgs.). Belém : ed.ufpa, 2012.

PERDIGÃO, A. K. A. V. Tipo e tipologia na palafita amazônica da cidade de Afuá. **VIRUS**, São Carlos, n. 13, 2016. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=4&item=2&lang=pt>

PERDIGAO, A. K. A. V. *El hábitat amazónico desde la perspectiva de la sostenibilidad: entre arquitectura erudita y vernácula*. **Revista Latina-Americana del Entorno Construido y Sustentabilidad**, v. 1, p. 98-110, 2020.

TRINDADE JR., S-C. C. *Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira*. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRINDADE, R. P.; PERDIGÃO, A.K.A.V.. *Adaptação habitacional no Projeto Taboquinha, Icoaraci, Belém, Pará*. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**. v. 04, n. 27, 2016.